

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS



PROJETO DE LEI Nº 20/2017

Câmara Municipal de Ouro Preto
Protocolo

Nº 20029
Correspondência Recebida
Em 24/04/2017
Ass. VERA Hs e 17h 21 Mir

Dispõe sobre a proibição de aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte do Poder Público Municipal nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados no Município de Ouro Preto e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ouro Preto decreta:

Art. 1º – Fica proibida a aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte da Administração Pública direta ou indireta do Município de Ouro Preto, bem como pelo Legislativo Municipal de Ouro Preto.

Art. 2º – Fica expressamente vedado o consumo de bebidas alcoólicas nos bens públicos municipais de uso especial.

§1º - Excluem-se da proibição desta Lei a comercialização de bebidas alcoólicas por partes de permissionários ou concessionários que tenham sido declarados vencedores em processos licitatórios e tenham sido contratados para explorar empreendimentos ligados ao ramo de alimentação nos prédios públicos municipais.

Parágrafo Único – São bens de uso especial aqueles bens que destinam-se à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral.

Art. 3º A proibição desta Lei aplica-se sobre todos os eventos, quaisquer que sejam a natureza e a motivação do ato comemorativo ou solene, realizados ou não nos prédios públicos municipais.

§1º – Define-se como eventos todos os acontecimentos de relevo planejados previamente ou não, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto de caráter cerimonial ou solene.

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS



Art. 4º Para fins desta Lei compreendem-se como bebida alcoólica, todas as bebidas que possuam em sua composição qualquer teor alcoólico, que contiver 0.5 graus Gay-Lussac ou mais de concentração.

§1º - Incluem-se como bebidas alcoólicas aquelas destiladas ou fermentadas e outras preparações, ou a mistura de qualquer outra bebida sem teor de álcool com qualquer outra preparação com teor alcoólico igual ou superior à 0.5 graus Gay-Lussac.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Casa da Câmara Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 24 de abril de 2017.


Wander Lucio Albuquerque
Presidente



Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS



Ouro Preto, 24 de abril de 2017.

Ref. ENCAMINHAMENTO E JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 20. /17

Exmo. Senhores Vereadores,

Temos a honra de submeter aos nobres colegas o Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição de aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte do Poder Público Municipal nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados no Município de Ouro Preto e dá outras providências.

Tal projeto visa atender ao princípio da legalidade, eficiência, razoabilidade, moralidade, transparência e economicidade para a Administração Pública Municipal e para o Legislativo Municipal.

A principal motivação para a apresentação deste projeto de lei foi a repercussão popular em relação ao edital do procedimento licitatório nº 07/2017 – Pregão Presencial nº 04/2017 – Registro de Preços nº 04/2017 que tem por objeto a prestação de serviços de buffet para os eventos protocolares de caráter institucional da Câmara Municipal.

Tal procedimento visa registrar os preços de todos os alimentos e bebidas que por ventura venha a ser utilizados pelo Legislativo Municipal. Após o referido registro de preços a Câmara decide quais itens e quais quantitativos serão requisitados à empresa licitante.

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS



Neste sentido, após a publicação do referido edital junto ao órgão da imprensa oficial do Estado de Minas Gerais que se deu no dia 18 de abril de 2017 e após a publicação de reportagem publicada no jornal "O Tempo" do dia 21 de abril de 2017, aconteceram inúmeras manifestações populares contrárias à realização de licitação para itens de natureza alcoólica, tais como cerveja e vinho.

Sendo assim, algumas explicações se fazem necessárias para se entender o desenvolver dos acontecimentos. O edital de licitação em questão foi produto de um planejamento prévio, chamado fase interna da licitação. Nesta fase ocorrem os atos preparatórios para a elaboração final do instrumento convocatório, tais como, definição e especificação dos itens que serão licitados, eventos que seriam atendidos, modalidade e tipo de licitação, lotes a serem licitados, dentre outras questões.

Como já é público e notório, a atual gestão possui 02(dois) pilares de sustentação que são a legalidade e transparência. E por causa disso, a determinação aos diversos órgãos da Câmara Municipal foi de implementar a máxima transparência em todos os procedimentos licitatórios realizados pela Casa. Os órgãos responsáveis pela fase interna da licitação são o Departamento de Compras e Patrimônio, Assessoria de Eventos, Assessoria Jurídica, Pregoeira e Equipe de Apoio.

Tais órgãos foram orientados a proceder atendendo de forma irrestrita à publicidade, transparência, economicidade e publicidade nas fases interna e externa licitações. O referido edital tomou como parâmetros outros editais da mesma natureza utilizados por outros órgãos públicos, tais como Senado Federal, Câmara Municipal de Mariana e de Três Corações.

Portanto, é importante ressaltar que o edital publicado pela Câmara Municipal, do ponto de vista legal, está em conformidade com as exigências da lei de licitações e de pregão, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, respectivamente.

No entanto, o compromisso da atual Presidência da Câmara está sendo de criar um canal mais amplo de comunicação com a população ouropretana, e diante das manifestações contrárias à

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS



licitação de bebidas alcoólicas, a Presidência decidiu por publicar um termo aditivo ao edital excluindo tais itens.

A Presidência da Casa quer deixar bem claro que ao tomar conhecimento da repercussão negativa da licitação de tais itens, mesmo sabendo que se trata de um registro de preço e que a utilização de tais itens poderia nem acontecer, resolveu atender ao anseio popular que, na realidade, é a força legitimadora de quem exerce mandato político. Dessa forma, se a indicação é de que a população, no momento atual, prefere que não seja licitado o possível fornecimento de bebidas alcoólicas para certos eventos do Legislativo Municipal, a Presidência da Casa ratificou tal anseio e foi além, resolvendo apresentar o presente projeto de Lei, a fim de estabelecer de forma definitiva, a regra para a aquisição e utilização de bebidas alcoólicas em eventos realizados em bens públicos de natureza especial.

Estamos certos, assim, em face das razões expostas, de que o Projeto de Lei ora submetido à apreciação dos nobres colegas será integralmente aprovado, em benefício desta Casa.

Na certeza de que o presente merecerá a habitual atenção dos colegas, aguardamos a sua tramitação/aprovação, nos termos do §2º do art.229 e art.74 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ouro Preto, com o fim de se obter uma maior celeridade na conclusão do devido processo legislativo.

Atenciosamente,

Wander Lucio Albuquerque
Presidente

DISTRIBUIÇÃO

Aos 25 de abril de 2017
Distribuo este processo à(s) comissão(ões)
competente(s).

Do que para constar lavrei este.

Presidente da Câmara Municipal de
Ouro Preto

Vistas à vereadora Regina Braga em 25/4/2017 (Comissão).

Geraldo Mendes

Vistas ao vereador Riquinho de Jesus na reunião
de Comissões do dia 09/5/2017.

Geraldo Mendes

Vistas ao Vereador Geraldo de Jesus, em 31/10/17.

Geraldo Mendes

Vistas Ver. Mysson Gufu em 7/11/17.

Geraldo Mendes

APROVADO em primeira discussão

Por _____
Sala das Sessões, 23 de NOV de 2017

Com 13 votos a favor e com _____ votos contra

AR: Páquina

APROVADO em segunda discussão

Por _____
Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2017

Com 13 votos a favor e com _____ votos contra

AR: Páquina

APROVADO em RD Final discussão

Por _____
Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2017

Com 54 votos a favor e com _____ votos contra



500000008994

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS
Gabinete do Vereador Chiquinho de Assis



EMENDA A PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: 10/17

À Mesa Diretora da
Câmara Municipal de Ouro Preto

Câmara Municipal de Ouro Preto
Protocolo

Nº 21.846

Correspondência Recebida

Em 8/11/17

Ass. 17 Hs e 39 Min

Emendas do vereador Chiquinho de Assis ao Projeto de Lei 20/2017

1- Modifica a Ementa do Projeto de Lei 20/2017

A Ementa do Projeto de Lei 20/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a proibição da utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte dos poderes públicos municipais nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados, no Município de Ouro Preto e dá outras providências"

2- Modifica o artigo 1º do Projeto de Lei 20/2017

O artigo 1º do Projeto de Lei 20/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica proibida a utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas, por parte da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Ouro Preto, bem como pelo Legislativo Municipal de Ouro Preto."

3- Suprime o Art. 2º e o Art. 3º do Projeto de Lei 20/2017

Sala de Sessões, 8 de Novembro de 2017.


Vereador Chiquinho de Assis - PV

DISTRIBUIÇÃO
Aos 9 de Novembro de 2017
Distribuo este processo à(s) comissão(s) competente(s).

Do que para constar lavrei esta.

página 1 / 1





500000008994



100000021846



Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS
Gabinete do Vereador Chiquinho de Assis

EMENDA A PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: 10/17

À Mesa Diretora da
Câmara Municipal de Ouro Preto

Emendas do vereador Chiquinho de Assis ao Projeto de Lei 20/2017

1- Modifica a Ementa do Projeto de Lei 20/2017

A Ementa do Projeto de Lei 20/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a proibição da utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte dos poderes públicos municipais nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados, no Município de Ouro Preto e dá outras providências"

2- Modifica o artigo 1º do Projeto de Lei 20/2017

O artigo 1º do Projeto de Lei 20/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica proibida a utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas, por parte da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Ouro Preto, bem como pelo Legislativo Municipal de Ouro Preto."

Sala de Sessões, 8 de Novembro de 2017.


Vereador Chiquinho de Assis - PV

DISTRIBUIÇÃO

Aos 9 de ABRIL de 17
Distribuo este processo à(s) comissão(ões)
competente(s) _____

De que para constar lavrei este.


Presidente da Câmara Municipal
Ouro Preto



página 1 / 1



Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES AO PROJETO DE LEI Nº 20/2017

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em pauta, que dispõe sobre a proibição de aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte do Poder Público Municipal nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados no Município de Ouro Preto e dá outras providências, de autoria dos vereadores Wander Lúcio Albuquerque e Juliano Ferreira, foi protocolizado na Secretaria desta Casa em 24 de abril de 2017 e distribuído às comissões, para análise e parecer, na Reunião Ordinária realizada dia 25 de abril.

FUNDAMENTAÇÃO:

Conforme justificativa dos autores, o objetivo do projeto é atender ao princípio da legalidade, eficiência, razoabilidade, moralidade, transparência e economicidade para a Administração Pública Municipal e para o Legislativo Municipal.

CONCLUSÃO:

Diante disso, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, analisando a matéria, oferece parecer pela sua LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.

E as comissões de Administração e Serviços Públicos e de Finanças Públicas, opinam FAVORAVELMENTE pela aprovação do Projeto de Lei nº 20/2017 em primeira discussão com emendas aprovadas nas comissões, quais sejam:

Emenda nº 1:

- Dê-se à ementa a seguinte redação:

‘Dispõe sobre a proibição da utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte dos poderes públicos municipais nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados, no Município de Ouro Preto e dá outras providências.’

Emenda nº 2:

- Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

‘Art. 1º Fica proibida a utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas, por parte da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Ouro Preto, bem como pelo Legislativo Municipal de Ouro Preto.’

Emenda nº 3:

- Suprima-se os art. 2º e 3º, renumerando-se os demais.

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS



Emenda nº 4:

- o §1º do art. 3º passa a ser o parágrafo único do art. 1º, com a seguinte redação:

‘Art. 1º (...)


Parágrafo único – Define-se como eventos todos os acontecimentos relevantes planejados, previamente ou não, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto de caráter cerimonial ou solene.’

Emenda nº 5:

- O §1º do art. 4º passa a ser o parágrafo único do art. 2º, com a mesma redação.

Casa da Câmara Bernardo Pereira de Vasconcelos, 21 de agosto de 2017.

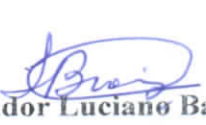

Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

 Vereador Geraldo Mendes – presidente
Vereador Chiquinho de Assis – relator
 Vereadora Regina Braga – vice-presidente

Comissão de Finanças Públicas:

 Vereador Juliano Ferreira – presidente
Ver. Marquinho do Esporte – vice-presidente
Ver. José Geraldo Zé do Binga – relator

Comissão de Administração e Serviços Públicos:

 Vereador Alysson Pedrosa ‘Gugu’ - presidente
Vereador Luciano Barbosa – relator
 Vereador Vagner Antônio - vice-presidente

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER DE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 20/2017:

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 38/2017, que dispõe sobre a proibição de aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por partes do Poder Público Municipal nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados no Município de Ouro Preto e dá outras providências, é de autoria dos vereadores Wander Albuquerque e Juliano Ferreira.

FUNDAMENTAÇÃO:

O referido Projeto de Lei após aprovação em primeira e segunda discussões, com emendas, retornou a esta Comissão para elaboração de sua redação final.

CONCLUSÃO:

Assim sendo, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação após inclusão das emendas aprovadas, de revisão de coerência e de coesão, oferece parecer pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 20/2017, em redação final como se segue:

Projeto de Lei nº 20/2017

Dispõe sobre a proibição da utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte dos poderes públicos municipais nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados, no Município de Ouro Preto e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas, por parte da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Ouro Preto, bem como pelo Legislativo Municipal de Ouro Preto.

Parágrafo único – Define-se como eventos todos os acontecimentos relevantes planejados, previamente ou não, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto de caráter cerimonial ou solene.

Art. 2º Para fins desta Lei, compreendem-se como bebida alcoólica, todas as bebidas que possuam em sua composição qualquer teor alcoólico que contiver 0,5° (zero vírgula cinco graus) Gay-Lussac, ou mais, de concentração.

Parágrafo único – Incluem-se como bebidas alcoólicas aquelas destiladas ou



Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS

fermentadas e outras preparações, ou a mistura de qualquer outra bebida sem teor de álcool com qualquer outra preparação com teor alcoólico igual ou superior a 0,5° (zero vírgula cinco) graus Gay-Lussac.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Casa da Câmara Bernardo Pereira de Vasconcelos, 12 de dezembro de 2017.


Vereador Geraldo Mendes – Presidente


Vereadora Regina Braga - Vice-presidente


Vereador Chiquinho de Assis - Relator



PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 39/2017

Dispõe sobre a proibição da utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte dos poderes públicos municipais nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados, no Município de Ouro Preto e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte PROPOSIÇÃO DE LEI:

Art. 1º Fica proibida a utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas, por parte da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Ouro Preto, bem como pelo Legislativo Municipal de Ouro Preto.

Parágrafo único – Define-se como eventos todos os acontecimentos relevantes planejados, previamente ou não, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto de caráter cerimonial ou solene.

Art. 2º Para fins desta Lei, compreendem-se como bebida alcoólica, todas as bebidas que possuam em sua composição qualquer teor alcoólico que contiver 0,5º (zero vírgula cinco graus) Gay-Lussac, ou mais, de concentração.

Parágrafo único – Incluem-se como bebidas alcoólicas aquelas destiladas ou fermentadas e outras preparações, ou a mistura de qualquer outra bebida sem teor de álcool com qualquer outra preparação com teor alcoólico igual ou superior a 0,5º (zero vírgula cinco) graus Gay-Lussac.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto Patrimônio Cultural da Humanidade, 12 de dezembro de 2017, trezentos e seis anos da Instalação da Câmara Municipal e trinta e sete anos do Tombamento.


Wader Lucio Albuquerque - Presidente


Juliano Ferreira- Secretário

Registrada e publicada nesta Secretaria em 13 de dezembro de 2017


Gilson Graciano Moreira - Diretor Geral

Projeto de Lei nº 20/17

Autoria: Mesa da Câmara



LEI Nº 1065 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a proibição da utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas por parte dos poderes públicos municipais nos eventos de caráter cerimonial, solenidades ou eventos equiparados, no Município de Ouro Preto e dá outras providências.

O povo do Município de Ouro Preto, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibida a utilização de recursos públicos para aquisição e utilização de bebidas alcoólicas, por parte da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Ouro Preto, bem como pelo Legislativo Municipal de Ouro Preto.


Parágrafo único. Define-se como eventos todos os acontecimentos relevantes planejados, previamente ou não, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto de caráter cerimonial ou solene.

Art. 2º Para fins desta Lei, compreendem-se como bebida alcoólica, todas as bebidas que possuam em sua composição qualquer teor alcoólico que contiver 0,5º (zero vírgula cinco graus) Gay-Lussac, ou mais, de concentração.

Parágrafo único – Incluem-se como bebidas alcoólicas aquelas destiladas ou fermentadas e outras preparações, ou a mistura de qualquer outra bebida sem teor de álcool com qualquer outra preparação com teor alcoólico igual ou superior a 0,5º (zero vírgula cinco) graus Gay-Lussac.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto, Patrimônio Cultural da Humanidade, 14 de dezembro de 2017, trezentos e seis anos da Instalação da Câmara Municipal e trinta e sete anos do Tombamento.


Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo
Prefeito de Ouro Preto

Projeto de Lei nº 20/17
Autoria: Mesa da Câmara

Publicação
Publicado _____, mediante afixação nas portarias dos prédios da Prefeitura e da Câmara Municipal, nos termos do art. 32, da Lei orgânica Municipal, em _____.